



## Ministério dos Transportes

### GABINETE DO MINISTRO

#### PORTARIA Nº 197, DE 4 DE AGOSTO DE 2015

Aprova o enquadramento, como prioritário, do Projeto de Investimento em Infraestrutura na Área de Transporte e Logística no Setor Ferroviário, proposto pela VALE S/A, para fins de emissão de debêntures incentivadas.

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, alterada pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, no Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, e na Portaria nº 09, de 27 de janeiro de 2012, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento, como prioritário, do projeto de investimento em infraestrutura na área de transporte e logística no setor ferroviário, proposto pela VALE S/A, denominado Projeto de Expansão da Estrada de Ferro Carajás (EFC), para fins de emissão de debêntures incentivadas, conforme descrito no Anexo desta Portaria.

Art. 2º Os autos do Processo nº 50000.026828/2015-51 ficarão arquivados e disponíveis neste Ministério, para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS RODRIGUES

ANEXO	
Projeto	Projeto de investimento para Expansão da Estrada de Ferro Carajás.
Denominação Comercial	VALE
Razão Social	VALE S/A
CNPJ	33.592.510/0001-54
Relação das Pessoas Jurídicas	Valepar S.A.
Relação dos Documentos Apresentados	
- Formulário de Cadastro do Projeto (Anexo I)	
- Formulário de Demonstração dos Fluxos de Caixa (Anexo II)	
- Quadro Anual de Usos e Fontes do Investimento (Anexo III)	
- Ata da Assembleia de Constituição Definitiva da Sociedade Anônima Companhia Vale do Rio Doce S/A, de 11.01.1943	
- Ata da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da VALE S/A, de 17.04.2015	
- Extrato da Ata da Reunião Ordinária do Conselho de Administração da VALE S/A, de 21.05.2015	
- Extrato da Ata da Reunião Ordinária do Conselho de Administração da VALE S/A, de 25.06.2015	
- Cópias dos documentos pessoais dos diretores signatários do requerimento. ? (fls.74 e 75).	
- Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral	
- Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida ativa da União	
- Certificado de Regularidade do FGTS - CRF	
Local de Implantação do Projeto:	
Estado do Pará.	

## DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

### PORTARIA Nº 1.025, DE 3 DE AGOSTO DE 2015

O DIRETOR-GERAL INTERINO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 21, inciso IV, da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 5765, de 27 de abril de 2006, publicado no D.O.U de 28/04/2006, e o artigo 124 - Inciso IV e V, e Parágrafo único, do Regimento Interno do DNIT, aprovado pela Resolução nº 10, do Conselho de Administração, publicada no D.O.U de 26.02.2007, Resolução nº 20, de 13 de abril de 2015, do Conselho de Administração, publicada no D.O.U de 29/04/2015 e tendo em vista o conteúdo no processo nº 50609.000940/2013-51, resolve:

Art.1º Criar o Acesso Norte, à Imbituva, como integrante da BR-153/PR, conforme aprovação da Diretoria Colegiada no dia 27/07/2015, por meio do Relato nº 123/2015-DPP, incluído na Ata nº 26/2015.

Art.2º O Acesso Norte à Imbituva, descrito no art. 1º, deverá ser cadastrado na Rede Rodoviária do Sistema Nacional de Viação - Divisão em Trechos, da forma a seguir:

Código: 153BPR9005;

Local de Início: Entr. BR-373(P/Imbituva);

Local de Fim: Início do Perímetro Urbano de Imbituva

Km Inicial:0,0;

Km Final:5,7;

Situação: PAV.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VALTER CASIMIRO SILVEIRA

## Conselho Nacional do Ministério Público

### SECRETARIA-GERAL

#### PAUTA DA 15ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2015

Dia: 18/08/2015

Hora: 14:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público - Setor de Administração Federal Sul Quadra 2, Lote 3 - Brasília-DF

#### PAUTA DESTA SESSÃO

##### PARTE I - PROCESSOS FÍSICOS

1) Aprovação das Atas da 13ª Sessão Ordinária (28/07/15) e da 14ª Sessão Ordinária (29/07/15).

##### Processos com pedido de vista regimental cancelado em razão de fim de mandato

2) Proposição n.º 0.00.000.001310/2013-74  
 Proponente: Conselheiro Walter de Agra Júnior  
 Assunto: Proposta de Recomendação que revoga a Recomendação CNMP nº 16, que dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público como órgão interveniente no processo civil.  
 Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego  
 Origem: Distrito Federal

3) Proposição n.º 0.00.000.000704/2014-96  
 Proponente: Conselheiro Walter de Agra Júnior  
 Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre a agilização dos processos de adoção e destituição do poder familiar no âmbito do Ministério Público dos Estados.  
 Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego  
 Origem: Distrito Federal

4) Proposição n.º 0.00.000.001568/2014-51  
 Proponente: Conselheiro Walter de Agra Júnior  
 Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre a criação de Carteira de Identidade Especial para os Conselheiros do CNMP e padronização da Carteira de Identidade de Membro do Ministério Público dos Estados.  
 Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza  
 Origem: Distrito Federal

##### Processos com Pedidos de Vista

##### Pedidos de Vista em 06/10/2014

5) Proposição n.º 0.00.000.000328/2012-78  
 Proponente: Conselheiro Adilson Gurgel de Castro  
 Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre o Código de Ética no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados.  
 Relator: Cons. Walter de Agra Júnior  
 Origem: Distrito Federal  
 Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego  
 Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

##### Pedido de Vista em 28/01/2015

6) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001449/2013-18 (Embargos de Declaração)  
 Embargante: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Amazonas  
 Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão que determinou o arquivamento de Procedimento de Controle Administrativo, no qual era requerida a suspensão dos efeitos do Ato PGJ nº 148/2013, do Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, bem como a revisão do mencionado ato, para garantir que a concessão do direito à dispensa do serviço aos servidores que prestaram serviço à Justiça Eleitoral não incida em dias nos quais os servidores já tem direito a folga.

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha (Relator Anterior: Cons. Luiz Moreira Gomes Junior)  
 Origem: Amazonas  
 Vista: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

##### Pedidos de Vista em 24/02/2015

7) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001352/2012-24  
 Requerente: Ailton José da Silva - Presidente da ANMPM; Alexandre Camanho de Assis - Presidente da ANPR; Antônio Marcos Dezan - Presidente da AMPDFT; Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - AMPDFT; Associação Nacional do Ministério Público Militar - ANMPM; Associação Nacional dos Procuradores da República - ANPR; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT; Carlos Eduardo de Azevedo Lima - Presidente da ANPT; José Robalinho Cavalcanti - Vice-Presidente da ANPR

Requerido: Ministério Público da União  
 Assunto: Requer a determinação por este Conselho, no âmbito do Ministério Público da União, da revisão das Portarias PGR 537/2003, 645/2003 e 525/2006, que disciplinam o tema, para possibilitar o pagamento em pecúnia da licença-prêmio que o membro faz jus e não pretende fruir, antes da ocorrência da aposentadoria ou causa extintiva do vínculo funcional.

Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho (Relator anterior: Cons. Fabiano Silveira)  
 Origem: Distrito Federal  
 Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

8) Proposição n.º 0.00.000.001501/2013-36  
 Proponente: Conselheiro Rodrigo Janot Monteiro de Barros - Presidente do CNMP  
 Assunto: Proposta de Resolução que institui a Política de Segurança Institucional e o Sistema Nacional de Segurança Institucional do Ministério Público.  
 Relator: Cons. Jefferson Luiz Pereira Coelho  
 Origem: Distrito Federal  
 Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

##### Pedidos de Vista em 14/04/2015

9) Proposição n.º 0.00.000.000394/2011-67  
 Proponente: Conselheiro Almino Afonso  
 Assunto: Proposta de Resolução, com vistas a estabelecer instruções para o cumprimento da Lei Federal n.º 11.767, de 2008, sobre os pedidos do Ministério Público em relação à busca e apreensão em escritórios de advocacia e local de trabalho do advogado.

Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte  
 Origem: Distrito Federal  
 Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

10) Proposição n.º 0.00.000.000837/2013-81  
 Proponente: Conselheiro Almino Afonso Fernandes  
 Assunto: Proposta de Resolução que disciplina o funcionamento dos plantões na primeira instância das diversas unidades do Ministério Público, nos horários de inórcorrência de expediente forense.  
 Relator: Cons. Leonardo de Farias Duarte  
 Origem: Distrito Federal  
 Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte

11) Proposição n.º 0.00.000.001095/2013-10  
 Proponente: Conselheiro Fabiano Augusto Martins Silveira  
 Assunto: Proposta de Resolução que altera a Resolução CNMP nº 36/2009, para tornar obrigatória a realização de inspeções ordinárias por parte das Corregedorias de todas as unidades do Ministério Público, nos órgãos e serviços que operam, auxiliam ou supervisionam a operação de sistemas de monitoramento de interceptações telefônicas, e dá outras providências.  
 Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza  
 Origem: Distrito Federal  
 Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte

12) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000470/2014-87 (Embargos de Declaração)  
 Embargante: Dirceu Dresch  
 Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que acolheu a preliminar de incompetência do CNMP, determinando o arquivamento de Procedimento de Controle Administrativo, que visa apurar irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas em auditoria realizada no Ministério Público de Contas do Estado de Santa Catarina, envolvendo a legalidade dos atos de pessoal concernentes ao preenchimento de cargos efetivos e comissionados, teto remuneratório, vantagens remuneratórias, cessão de servidores, acumulação de cargos, controle de frequência e controle interno.